

## **ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA LOCALIDADE DE LINHA ARAÇÁ, NO MUNICÍPIO DE AGUDO, RS<sup>1</sup>**

### *THE SOCIAL/SPATIAL ORGANIZATION OF THE LINHA ARAÇÁ DISTRICT IN THE CITY OF AGUDO, RS*

**Liliane Sandra Walter e Valdemar Valente**

#### **RESUMO**

Neste artigo, teve-se por objetivo analisar a organização social e espacial da localidade da Linha Araçá, Agudo, RS. Inicialmente, houve a construção de um referencial teórico, enfatizando alguns aspectos sobre o desenvolvimento da atividade agrícola e seus impactos. A pesquisa foi bibliográfica e de campo, com a aplicação de um questionário para análise e confronto dos fatos. Os sujeitos da pesquisa foram os moradores da localidade de Linha Araçá, no município de Agudo, RS, com amostragem de 100% da população local. Conclui-se que a localidade em estudo destaca-se por ser tipicamente de origem alemã, na qual predomina famílias constituídas por poucas pessoas. Além disso, a localidade desenvolve a agricultura, destacando-se o cultivo do fumo, bem como a produção para subsistência familiar. As propriedades enquadram-se na estrutura de minifúndios, dificultando a produção em grande escala, sendo que isso define também as condições socioeconômicas da maioria da população local. Há ainda o intenso uso de agrotóxicos e de adubos químicos que, por sua vez, são prejudiciais ao meio ambiente e ao próprio homem. Pode-se considerar que a área em estudo sofreu e continua a sofrer modificações, ou seja, adapta-se à organização da sociedade inserida no modelo capitalista.

**Palavras-chave:** espaço agrário, modernização, população.

#### ***ABSTRACT***

This article aims to analyze the social/spatial organization of the Linha Araçá district in Agudo, RS. In the beginning there is a theoretical framework that

---

<sup>1</sup> Trabalho Final de Graduação - TFG.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Geografia - UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientador - UNIFRA

emphasizes some aspects of the development of agriculture and its impacts. It is a bibliographical and field research, with a questionnaire for the analysis and comparison of the facts. The subjects are all the residents of Linha Araçá. They are mostly of German origin and the families are small ones. These are farmers who mainly plant tobacco and general items for consumption. The properties are all smallholdings. They make a heavy use of pesticides and chemical fertilizers which, in turn, are harmful to the environment and to people. The study area has undergone some changes for the adaptation to the organization of society within the capitalist model.

**Keywords:** agrarian space, modernization, population.

## INTRODUÇÃO

A agricultura é uma das mais importantes atividades econômicas do mundo. A partir dela, um grande número de pessoas consegue sustentar-se, ou seja, produz alimento para sua família e para abastecer o mercado seja interno, ou externo. Porém, a atividade agrícola, nos últimos anos, recebeu forte impacto no que tange às questões social, econômica, tecnológica, cultural e ambiental. Isso é ocasionado principalmente pela modernização e pela tecnificação que chegam ao campo.

O espaço foi e é constantemente transformado. Segundo Valente (2001), ele constitui-se em condição e em fator, entre outros, de realização econômica dos atores, agentes de transformação e de adaptação. Nesse sentido, o homem interfere no espaço, modifica-o e se adapta às condições que este lhe impõe. Essas adaptações e transformações ocorrem devido à intensa busca pelo acúmulo de capital pelo ser humano, mediante o emprego de novas tecnologias, sendo que, a partir dele, tem-se a organização, ou seja, a instalação de pessoas e de objetos culturais em diferentes áreas do espaço. Portanto, essa organização surge sob variáveis, tanto econômicas como sociais, culturais, políticas e tecnológicas, próprias de cada espaço. No entanto, é no lugar que o ser humano busca sua estabilidade e, ao mesmo tempo, transforma a paisagem, ou seja, o meio físico, social e econômico do lugar. Isso se deve à ambição do homem (seja material, seja econômica), ao seu consumismo e à busca de melhores condições de vida.

Segundo Valente (2001, p. 3),

a ação humana geradora da organização espacial (em termos

de forma, movimento e conteúdo de natureza social) é caracterizada pelo trabalho dos atores (pessoas) que deixam suas marcas sobre o espaço com o objetivo de se apropriarem e controlarem os recursos existentes. O espaço se torna humanizado não pelo simples fato de ser habitado, mas sim, porque o homem cria os objetos e se apropria dos mesmos.

Neste trabalho, os objetivos foram conhecer a organização e analisar a evolução do espaço agrário da localidade de Linha Araçá, no município de Agudo, RS; identificar os impactos ambientais causados pela agricultura; conhecer a condição socioeconômica da população da área em estudo; analisar o processo de êxodo rural, a formação histórica e os aspectos de ordem natural do município de Agudo; conhecer concepções de meio ambiente da população de Linha Araçá.

## **A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL**

### **A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA**

Com a agricultura e a pecuária, o homem deixa a coleta e a caça para cultivar o solo e criar animais. Com isso, foi possível o plantio das terras e, conseqüentemente, o aumento da produção e a expansão das áreas cultivadas. No entanto, houve um impacto decorrente dessas atividades.

Prado Júnior (1998 apud VALENTE, 2001) ao analisar a evolução econômica do Brasil, considera o período de 1530 a 1808 da história econômica brasileira como a era colonial. Portanto, nesse período tem início a atividade agrícola que, com a economia do Brasil, mantém-se atrelada à metrópole portuguesa, submetida às suas leis, as quais engessaram a economia brasileira. Nesse momento, foi difícil renovar tecnologicamente as atividades agrárias, pois a agricultura entra em decadência devido à mineração.

Em 1531, iniciou o processo de colonização do espaço brasileiro, a partir da criação das Capitânicas Hereditárias, isto é, por doações de Sesmarias que, de acordo com Moreira (1990), “regulam juridicamente a repartição da propriedade fundiária”. Esta, por sua vez, visava principalmente à produção de cana-de-açúcar, a qual atendia aos interesses exclusivamente da metrópole. O povoamento do Sul e da região litorânea do Brasil também foi possibilitado pela expansão da pecuária, atividade ligada à produção do açúcar. Nesse período, houve o aumento do plantio da cana-de-açúcar, evidenciando a importância da indústria açucareira.

Conforme Graziano Neto (1982, p. 18),

a melhor opção seria o açúcar, produto caro e escasso e de grande aceitação entre os europeus, adquirido a peso de ouro na época. Com a implantação da economia açucareira no Brasil, é lançada a pedra inaugural de nossa agricultura. As regiões produtoras, Bahia e Pernambuco, principalmente, com o ciclo do açúcar passam por um processo de desbravamento pioneiro em nosso país. Em geral, toda a colônia começa a ser efetivamente ocupada a partir da produção açucareira.

O cultivo da cana-de-açúcar destacou as áreas litorâneas, devido às condições ambientais favoráveis, além da facilidade no escoamento do produto, da maior proximidade com a metrópole e pelo fato de o produto ser divulgado na Europa, o qual teve grande aceitação. Assim, o cultivo canavieiro manteve-se à frente do poder econômico desde o período colonial e proporcionou o desenvolvimento da atividade fumageira, do algodão, dos cereais, etc.

A expansão cafeeira no século XVIII teve início no Rio de Janeiro, atingiu seu auge quando foi introduzida no oeste paulista, concentrando mão de obra e capitais no sudeste do Brasil, principalmente em São Paulo. Para Moreira (1990, p. 30), “foi com o desenvolvimento e com a consolidação da cafeicultura que realmente se deu o renascimento agrícola”. Desse modo, desenvolveram-se a infraestrutura de transportes, as redes telegráficas e as cidades, que passaram a atender às necessidades do comércio e à exportação de café, bem como, posteriormente, puderam ser utilizadas pelas indústrias estabelecidas na região.

Conforme Valente (2001, p. 28),

com o desenvolvimento do ciclo do café, o Sudeste sente a necessidade de importar produtos alimentícios de outras regiões, visto que os cafezais ocupavam toda a área agrícola disponível, devido ao alto valor de mercado. Emerge a possibilidade de o Rio Grande do Sul abastecer com produtos agrícolas o mercado do Sudeste, e assim o faz.

Houve, portanto, o aumento da produção para acompanhar a crescente exigência do mercado. Ainda segundo Valente (2001), esse movimento contribuiu para uma produção superior às necessidades de consumo, gerando excedentes. Desse modo, com a modernização, na década de 1960, o Brasil prosseguiu exportando matérias-primas.

Com o crescimento populacional, ocorreu a fragmentação das

propriedades, principalmente pela sucessão hereditária. Além disso, o fim da escravidão e as crises nas grandes lavouras foram fatores decisivos para uma nova organização agrária, que contribuiu na transformação da propriedade latifundiária em pequenas propriedades, denominadas minifúndios.

## A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

A modernização da agricultura no Brasil, classificada por Gonçalves (2006) como “modernização conservadora”, iniciou em meados da década de 1960, com o surgimento da “Revolução Verde” no país. Esta contribuiu para aumentar a utilização de máquinas, para o incremento da produção agrícola e para a adoção de novas técnicas de correção do solo, bem como para investimentos em novas experiências no campo da genética vegetal e na criação de sementes resistentes que se adaptam às condições dos diferentes tipos de solo, de clima e de pragas.

Esse processo coincidiu com a mudança na política econômica do país, pois surgia uma nova forma do capitalismo internacional. Com isso, a agricultura brasileira passou a ser internacionalizada pelo processo de modernização. Ferreira (1990) afirma que a modernização brasileira, de um modo geral, foi parcial porque, o modelo adotado se restringiu a alguns produtos, privilegiou regiões e limitou-se a algumas fases do ciclo produtivo. Por ter sido parcial, acentuou as diferenças sazonais das atividades em vez de atenuá-las, contribuindo para que o emprego temporário se ampliasse. Assim, esse processo de modernização chegou ao Brasil, com o objetivo de reduzir a fome, no entanto, proporcionou a favelização, a miséria, o subemprego, o desemprego e a elevação do custo de produção.

Em decorrência da modernização da agricultura, muitas transformações ocorreram, uma vez que as técnicas agrícolas tradicionais eram substituídas por outras modernas. Dessa maneira, com o avanço da modernização, a zona rural passou por um processo de industrialização, ou seja, esse é considerado o fenômeno pelo qual a agricultura, enquanto setor produtivo, se torna uma atividade basicamente empresarial, ao mesmo tempo em que é transformada em um importante mercado consumidor de máquinas e de insumos modernos produzidos pela indústria.

Desse modo, pode-se ressaltar que a agricultura passou por uma transformação; ou seja, a modernização alcançou o campo. Porém, essa modernização é considerada desigual, pois atinge pequena parcela da área agrícola, isto é, os latifundiários, que compõem uma minoria da população. Já as pequenas propriedades, os minifúndios, são excluídas desse processo por não

terem acesso a financiamentos bancários. Também foi introduzida na atividade agropecuária a utilização de insumos químicos, herbicidas e fungicidas, o que, conforme Valente (2001), constitui-se em verdadeira calamidade, já que o processo de modernização é antiecológico, antieconômico e antissocial. Comenta ainda que esse processo visa acelerar a acumulação de capitais dos latifundiários, bem como das empresas fornecedoras desses produtos.

Atualmente, a produção passa a ser de mercado e especulativa, ou seja, visa à obtenção de capital atrelada a um objetivo maior, que se denomina acumulação. Além disso, existe a ocupação de territórios, áreas nunca antes incorporadas ao processo, o que amplia, conseqüentemente, as fronteiras agrícolas, derivadas da articulação entre campo e cidade devido às inovações tecnológicas.

Destaca-se também a questão ambiental e as extensas áreas desmatadas. Como justifica George (1980, p. 65), “o ato inicial da agricultura é o desmatamento, que, objetivamente, consiste numa destruição da vegetação natural de uma terra reconhecida como cultivável ou própria para constituir pastagem”. Desse modo, há o aumento das áreas cultivadas, ou seja, a abertura das fronteiras agrícolas. Além disso, os solos passaram a sofrer empobrecimento pelo intenso uso de produtos químicos, herbicidas, fungicidas, inseticidas, além da realização de queimadas e, muitas vezes, o emprego impróprio de máquinas para arar e cultivar a terra.

Diante disso, Ferreira (1990, p. 69) afirma:

pode-se admitir que a sociedade é afetada, a vida humana é afetada e os lugares não escapam a tal processo hegemônico, no qual a tecnologia não é apenas uma extensão natural do conhecimento científico. A estrutura social passa a ser atingida pelos mesmos princípios de racionalidade e eficiência que norteiam o processo técnico.

No entanto, além da tecnificação e do homem, inúmeras são as razões pelas quais o solo pode ser – e realmente é – afetado. Entre elas, estão a declividade do terreno, o clima, os índices pluviométricos e a vegetação. Observa-se que, nos últimos anos, os processos erosivos têm aumentado rapidamente. Segundo Lepsch (2002, p. 147), “a população cresce desordenadamente e existem muitos pobres com poucas opções de conhecimento; haverá, então, agressão ao meio ambiente e os esforços de conservação poderão ser obstruídos”.

Diante disso, o modelo tecnocientífico, implantado na agricultura, é causa de empobrecimento social e ambiental. Desse modo, com a intensa e inadequada utilização de produtos químicos, defensivos agrícolas, sementes

melhoradas, maquinários impróprios ao tipo de relevo e de solo, a sociedade terá como consequência o empobrecimento do solo, acentuado processo erosivo que afetará o lençol freático e provocará o desequilíbrio ecológico e climático. Drew (2005, p. 151) lembra que “...a persistência deles no ambiente tem provocado efeitos colaterais indesejáveis um pouco por todo o ecossistema”.

Essa transformação científica afeta também a condição de vida humana, ou seja, contribui para gerar alguns problemas de saúde pelo seu intenso e inadequado uso, o que provocará reações adversas no homem. Além disso, os produtores têm de financiar sua produção em agências bancárias, as quais estipulam altos juros, elevam suas dívidas e, por extensão, causam o empobrecimento do agricultor.

Já o Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, caracterizou-se por inúmeros aspectos que foram positivos para a estruturação e para a organização social e econômica da população e do espaço, que interferiram e ainda hoje interferem na vida da população: abertura de estradas, instalação de redes elétricas, mobilidade social e construções, entre outros, além da avançada tecnologia presente nas atividades humanas.

Para Valente (2001, p. 32), nessa evolução espacial, ocorreu

acentuado desmatamento (quando florestas foram ocupadas), elevada densidade demográfica, inúmeros núcleos urbanos, existência dos travessões e das estradas para que a integração entre os núcleos de povoamento ou entre os moradores ocorresse, um número elevado de habitações, a presença de casas de comércio, de moinhos, um imenso comércio em algumas áreas, intensa mobilidade social, diversificada lavoura para subsistência, carretas circulando com mercadorias pelas estradas, implantação dos parreirais, as pontes que permitiam vencer os cursos d'água, a penetração das estradas de ferro, a expansão do gado leiteiro, uma produção limitada pelas condições naturais e pelo estágio tecnológico e uma fragmentação da propriedade.

Assim, pode ser analisado o estágio inicial da organização do espaço, sendo que inúmeros fatores foram responsáveis por ele. Portanto, percebe-se que cada espaço se organiza e reorganiza, adaptando-se às suas necessidades e potencialidades. Logo, todo espaço possui características diferenciadas entre um lugar e outro e essas, por sua vez, sofrem interferência ou são modificadas pela ação humana.

Santos (1997, p. 51) considera que “o espaço é formado por um

conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Nesse sentido, foram criadas novas técnicas, as quais foram adotadas pelo homem, e, conseqüentemente, acarretarão em modificações do espaço; ou seja, o espaço natural vem dando lugar a outro espaço, artificial, mecanizado e industrializado, denominado de segunda natureza.

Diante dos fatos, surge a necessidade de um novo modelo de produção, que vise à preservação e à conservação dos solos, ao equilíbrio do ecossistema e a melhores condições de vida. Almeida e Nevarro (1998) afirmam que, para o Brasil, só através da democratização das políticas públicas será possível caminhar na construção de um processo de desenvolvimento que seja sustentável, não apenas do ponto de vista ecológico, mas também equitativo do ponto de vista social, econômico e, principalmente, do ponto de vista político.

Nesse sentido, propõe-se a agricultura sustentável, sendo que essa busca a conservação e a preservação do solo, com o uso do adubo orgânico, bem como a diminuição dos custos de produção e o seu aumento.

Conforme Silva (2003, p. 97):

nesse contexto, a adubação orgânica torna-se ferramenta valiosíssima e que está sendo resgatada para seu lugar de importância, uma vez que o tinha perdido para a indústria de fertilizantes químicos. Na adubação orgânica podem ser utilizadas as mais variadas fontes de resíduos disponíveis na propriedade, a um custo baixo, o que a torna atrativa do ponto de vista econômico, especialmente para pequenas e médias propriedades.

Assim, pode-se destacar que a utilização de adubos orgânicos viabiliza o aumento da produtividade, bem como a maior fertilidade do solo e incremento no índice de micro-organismos neste, além de amenizar a poluição ambiental, entre inúmeros outros fatores positivos.

## **LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AGUDO**

Para entendermos a área em estudo, apontamos algumas características do município, bem como traçamos um rápido histórico da emancipação de Agudo. O início do povoamento foi em 1857, em terras que pertenciam ao município de

Cachoeira do Sul. Os colonos, vindos principalmente da Alemanha, objetivavam criar e trabalhar em sua nova terra para produzirem. Porém, esses colonos passaram por muitas dificuldades ao se instalarem nas propriedades. Assim, pela Lei nº 3.718, de 16 de fevereiro de 1959, o município emancipou-se, com área total de 536 Km<sup>2</sup>, conforme Werlang (1995).

As primeiras famílias desembarcaram na localidade de Cerro Chato em 1º de novembro de 1855. A primeira leva de imigrantes veio da Pomerânia (Alemanha), sendo que outras famílias se juntaram a essas, formando o povoamento da Colônia Santo Ângelo, nome dado em homenagem ao presidente da Província do Rio Grande do Sul na época, Sr. Ângelo Muniz de Ferraz e que constitui o agora município de Agudo. Segundo Werlang (1995), foi necessária a abertura de picadas para a passagem e para a instalação das famílias. Em 1858, foi aberta a Picada Morro Pelado, a qual deu origem à atual e principal avenida do município, a Avenida Concórdia. O nome atual do município surgiu em homenagem ao morro – que possui o mesmo nome – localizado a oeste da sede, tendo destaque por sua beleza natural.

Atualmente, Agudo faz divisa com os municípios de Ibarama e Lagoa Bonita do Sul, ao norte; Cerro Branco e Paraíso do Sul, a leste; Restinga Seca, ao sul; e Dona Francisca e Nova Palma, a oeste. O município localiza-se no centro do Estado do Rio Grande do Sul, na região fisiográfica denominada Depressão Central. Agudo pertence à Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense e à Microrregião de Restinga Seca.

Agudo apresenta ainda características diferenciadas, quando se verificam as formas de relevo. Assim, destacam-se as áreas de várzea, de terreno plano e de solo basicamente arenoso, principalmente ao longo do Rio Jacuí, utilizadas para irrigação das lavouras de arroz, sendo estas altamente mecanizadas. Também apresenta áreas de planaltos, áreas onduladas, usadas para plantio do fumo, nas quais se desenvolvem a produção em pequena escala, destinada à subsistência e ao comércio local. Essa região apresenta solo argiloso. Sua altitude é de 83 metros na sede, chegando a 610 metros na localidade de Linha dos Pomeranos.

O clima do município de Agudo, assim como o do Rio Grande do Sul, é subtropical, isto é, apresenta invernos frios e úmidos, com frequentes geadas e ocasionais quedas de neve, principalmente na região mais alta do município, na localidade de Linha dos Pomeranos, situada a, aproximadamente, 8 quilômetros da área em estudo. Apresenta também verões muito quentes, com tendência a serem mais secos.

A hidrografia do município é caracterizada por um rio principal, o Jacuí,

o mais importante do Estado do Rio Grande do Sul e que, em Agudo, desempenha importante papel na irrigação das áreas cultivadas de arroz. Além disso, possui outros arroios menores, entre eles, o Corupá e o Arroio Grande que percorrem região de relevo acidentado, formando muitas corredeiras, cascatas e deságuam no Rio Jacuí.

O município apresenta uma economia atrelada à agropecuária, à indústria, à prestação de serviços e ao comércio, embora predomine a atividade agrícola. Destaca-se o cultivo de fumo e arroz como as principais atividades de fonte de renda. Também ocorre o cultivo do milho e do feijão, em menores quantidades e com menor impacto econômico em relação ao fumo e ao arroz e, na diversificação, tem papel relevante o moranguinho em diversas localidades.

Assim, a população agudense está inserida em várias atividades econômicas, as quais lhe proporcionam diferenciação no modo de vida de uma localidade para outra.

## **METODOLOGIA**

A metodologia apresenta caminhos, isto é, formas para a realização do estudo. Portanto, ela é classificada a partir de critérios. Neste texto, houve a construção de um referencial teórico, que enfatizou alguns aspectos sobre o desenvolvimento da atividade agrícola e seus impactos. De acordo com os procedimentos de coleta, a pesquisa foi constituída de levantamento de dados e bibliográfica.

Segundo as fontes de informação, a pesquisa pode ser de campo, bibliográfica e de laboratório. Nesse estudo, procedeu-se inicialmente a pesquisa bibliográfica e, posteriormente, a pesquisa de campo, para então analisarem-se e confrontarem-se os fatos. Neste trabalho, utilizou-se também a pesquisa de laboratório cujos sujeitos foram os moradores de Linha Araçá, no município de Agudo, RS. A amostragem foi efetivada com 100% dos residentes dessa localidade, tendo em vista que nela residem poucos habitantes.

Assim, o instrumento de pesquisa contou com a aplicação de questionário, contendo questões abertas e fechadas, entrevistas, saídas a campo e levantamento fotográfico. Na aplicação do questionário junto à população, obteve-se o envolvimento de 55 famílias da localidade. Nesse questionário foram abordados aspectos referentes à modernização, à mecanização da agricultura, à questão ambiental, às condições de vida das famílias, à escolaridade, à situação atual da propriedade, à força utilizada para trabalhar a terra, à valorização dos produtos agrícolas atualmente e ao crédito rural, entre inúmeros outros aspectos. Desse modo, foi possível conhecer a fundo a realidade local.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção, procurou-se analisar a realidade da localidade em estudo, confrontando-a com as referências bibliográficas. Assim, pode-se entender a organização socioespacial de Linha Araçá e as transformações ocorridas dentro de um determinado espaço de tempo. Nesse contexto, ainda foram analisados aspectos referentes à evolução da localidade e sua estrutura, bem como a dinâmica e a modernização agrícola do local. Vários aspectos foram abordados e questionados aos moradores da localidade.

Perguntou-se quantos moradores compõem cada família: 32% responderam que contam com três elementos, 24% apresentam duas pessoas por família, 22% têm quatro pessoas, 2% são constituídas por uma pessoa, 11% caracterizam-se com mais de cinco moradores e 9% possuem cinco pessoas residentes. As famílias geralmente são constituídas por casais mais jovens, com os quais residem pessoas idosas.

O número de pessoas por família apresenta-se em processo de redução no Brasil, ou seja, há baixo índice de natalidade. Isso também é característico de Linha Araçá. Outro aspecto típico da localidade relaciona-se ao número de casais que residem sozinhos, pois os filhos migraram para as cidades e/ou outros lugares, para dar sequência aos estudos e/ou foram em busca de melhores condições de vida.

Quanto à renda média familiar mensal dos moradores, constatou-se que 82% situam-se entre um e dois salários-mínimos, 7% recebem até um salário-mínimo e 11% das famílias afirmaram receber entre dois a cinco salários-mínimos. O motivo de alguns receberem entre um e dois salários-mínimos deve-se ao fato de as famílias possuírem poucas pessoas para desenvolverem as atividades na sua propriedade, praticarem uma agricultura mais voltada para a subsistência e possuírem pequena extensão de terras, o que dificulta o plantio em grande quantidade. Sabe-se que a cultura principal da localidade é o fumo, assim pode-se afirmar que a renda é anual e esta, por sua vez, é dividida mensalmente, por isso, não ultrapassa a dois salários-mínimos.

Outro aspecto a ser destacado relaciona-se às famílias que recebem entre dois e cinco salários-mínimos, pois, além da renda com a produção, possuem ainda um salário mensal extra e recebem seu salário de aposentadoria, ou seja, há pessoas idosas que vivem na mesma propriedade com seus filhos. Isso contribui para melhorar a vida econômica dessas famílias.

A propriedade rural em Linha Araçá apresenta áreas de terras de pequenas e médias propriedades. Isso possibilita dizer que a estrutura fundiária

dessa localidade se insere na classificação de minifúndios. O índice de trabalho assalariado é reduzido, pois as propriedades são pequenas e, conseqüentemente, a área cultivada também é pequena, tornando desnecessário o emprego de mão de obra assalariada, sendo utilizada apenas a mão de obra familiar.

Sobre as condições socioeconômicas atuais, comparadas com um passado recente, 80% dos entrevistados afirmaram possuírem melhores condições de vida atualmente e 20% responderam que as suas condições de vida continuam no mesmo patamar. Positivamente, pode-se afirmar que a condição de vida da população rural da localidade melhorou e muito. Isto é, houve a instalação da rede elétrica para todas as famílias, bem como surgiram telefones, televisão e geladeira, entre outros eletroeletrônicos, e muitos possuem meio de transporte próprio, além de boa infraestrutura nas propriedades. Isso se deve ao aumento da renda.

Apesar das mudanças observadas, constatou-se que muito ainda precisa ser feito. Porém, essa mudança deverá iniciar em cada propriedade, na administração correta das aplicações dos recursos. Os que realmente acreditam terem melhorado sua condição de vida só alcançaram isso com determinação, pois a história da construção e da conquista de seus bens materiais foi e continua sendo com esforço significativo.

Essas mudanças favoreceram o dia a dia em suas atividades, mas não solucionaram tudo, uma vez que ainda apresentam algumas dificuldades. Essas melhorias, provavelmente, devem-se à inserção da produção na circulação e no comércio e às aposentadorias.

Entre os principais produtos cultivados na área em estudo está o fumo, para 43% dos entrevistados; o milho para 34%; o feijão para 10%; a soja para 1%; a batata e a mandioca para 11%; e outros produtos para 1%. O fumo é o principal produto cultivado na localidade, assim como em outras regiões que possuem características semelhantes em termos de relevo e de solo, uma vez que este se apresenta acidentado, além de que esse produto se adapta ao clima úmido e quente no verão. Outro fator de interferência é o tamanho da propriedade que, por ser pequena ou média, dificulta que os agricultores cultivem outros produtos como, por exemplo, a soja ou até mesmo o milho em grande escala. Além disso, essa cultura é vista pelas famílias como a melhor opção de renda no momento, pois apresenta boa valorização comercial, embora seu cultivo cause danos ambientais e à saúde humana.

Percebeu-se que a força animal representa 70% da utilizada no campo e a força mecânica é concomitante com a animal, 25%. A força mecânica representada por tratores, colheitadeiras, etc. tem aproveitamento em 5% das famílias. Observa-se que a força animal ainda está muito presente na localidade,

em virtude da declividade do terreno, que dificulta o uso de maquinários, assim como da baixa renda familiar, que não favorece a aquisição da força mecânica. Em algumas situações, ocorre a presença da força animal e da força mecânica. Além disso, 94% da força mecânica utilizada é própria e apenas 6% utiliza-se por empréstimo. Embora pequeno, o uso da força mecânica na localidade constitui-se em um objeto industrial agregado ao espaço.

Percebe-se que a localidade de Linha Araçá, no município de Agudo, RS, apresenta-se com áreas maiores de florestas ao que havia alguns anos atrás. Esse fato decorre da redução do número de pessoas para o trabalho nas famílias e também do processo de êxodo rural. Com isso, muitas áreas foram abandonadas pelos proprietários e, nelas, cresce a vegetação.

É considerável o índice de famílias dessa área que utilizam agrotóxicos: cerca de 96%. Essas acreditam que sem o uso de agrotóxicos não se produz mais e, além disso, existe a praticidade e maior agilidade na eliminação de gramíneas e de pragas das culturas. No entanto, isso implica em diminuição da mão de obra ocupada na lavoura e também aumenta os custos de produção. O uso de agrotóxicos traz prejuízos ao meio ambiente e à saúde humana, além de comprometer a qualidade dos alimentos produzidos.

Assim, enquanto muitos empregos poderiam ser gerados, dá-se preferência à utilização de agrotóxicos. Esses, além de provocarem inúmeros impactos ambientais, também afetam o próprio homem, que deles faz uso. A aquisição dos agrotóxicos, por outro lado, contribui para que o produtor se descapitalize, pois a utilização é intensa e os custos se elevaram na manutenção da propriedade.

Também há a dificuldade de encontrar mão de obra disponível no campo que possa prestar serviços àqueles que necessitam. Além do fato dessa mão de obra, quando disponível, ser mal paga, o que a desestimula a permanecer no campo e, por isso, se desloca para a cidade na ilusão que encontrará situação mais confortável. Desse modo, é necessário que o pequeno proprietário rural tenha um melhor conhecimento e uma melhor renda, assim como o trabalhador rural, para que ambos possam se beneficiar dessa relação. Assim sendo, o poder público deve estabelecer políticas de qualificação do trabalhador rural, de valorização da produção, de capacitação e orientação técnica, para que ele possa melhorar a vida socioeconômica da família rural.

Por outro lado, 98% das famílias desenvolvem alguma técnica de conservação do solo em sua propriedade e 2% não utilizam técnicas de conservação. Entre as inúmeras formas e técnicas de conservação do solo, foi destacada a adubação orgânica. Dessa maneira, após a retirada do fumo ou do

milho, é realizada a semeadura da aveia, cultura resistente ao frio. Durante o inverno, a aveia é cultivada, pois é o período de maior ocorrência de chuvas e de umidade, reduzindo-se, assim, a erosão.

Desse modo, além de servir como proteção do solo, ela serve também como adubo orgânico. Muitos agricultores utilizam-na para realizarem o plantio direto do fumo, conhecido como plantio na aveia. Com isso, ameniza-se o uso de agrotóxicos, pois a palha ficará acumulada no solo, estagnando o crescimento das gramíneas. A palha ainda serve como adubo, pois passa pelo processo de decomposição. Assim, se manterá igualmente a umidade do solo, favorecendo o melhor desenvolvimento das culturas.

Inúmeros são os impactos no meio ambiente, alguns com maior e outros com menor intensidade. Nesse sentido, 61% dos moradores da localidade de Linha Araçá enfatizaram a redução da água; 2%, o desmatamento; 2%, a erosão do solo; 21%, o uso de agrotóxicos; e 14% dos entrevistados apontam a questão do lixo como um sério problema na zona rural. A redução da água não só existe em arroios, rios e sangas mas também se deve aos baixos índices pluviométricos dos últimos anos. Em decorrência, ocorrem períodos de estiagem prolongados, que afetam, prejudicam o desenvolvimento das culturas e geram perdas significativas na produção.

Segundo os entrevistados locais, o desmatamento teve redução considerável, se comparado aos índices de 15 ou 20 anos atrás. Essa redução, segundo os entrevistados, relaciona-se às inovações tecnológicas atuais, ou seja, ao uso de adubos e sementes melhoradas, que viabilizam ao produtor a mesma ou maior produtividade em menores áreas cultivadas, embora haja perda de autonomia do agricultor e a submissão aos grandes grupos econômicos.

Portanto, é observado em Linha Araçá, no município de Agudo, RS, que a maior parte das propriedades rurais atualmente apresenta cobertura vegetal e florestal, além de inúmeras áreas terem sido reflorestadas com eucalipto, que serve como fonte de renda às famílias. Segundo relatos de pessoas que residem há mais de 30 anos na localidade, inúmeras áreas, que antes eram cultivadas, hoje apresentam cobertura vegetal florestada. Para eles, a redução das áreas cultivadas foi motivada pela redução do número de pessoas nas famílias, ou seja, houve decréscimo na taxa de natalidade, e também pela saída ou pelo êxodo rural, principalmente das gerações mais jovens, que, pelas facilidades, procuram concluir seus estudos nas áreas urbanas e, posteriormente, dedicam-se a outras atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeras são as transformações visíveis em todo o espaço geográfico e o principal responsável é o homem. A sua ação modifica o meio em que vive, contribui para que a problemática ambiental se intensifique, ocasionando danos irreparáveis ao meio ambiente e a si próprio.

Todavia deve-se ressaltar que a população atual do mundo capitalista pouco se preocupa com as alterações que ocorrem no espaço, uma vez que seu objetivo principal é o acúmulo de capital. Além disso, na zona rural, as técnicas e os equipamentos, cada vez mais modernos, têm intensificado a exploração de áreas nunca antes cultivadas, para, conseqüentemente, haver aumento da produção e geração de renda.

Ocorrem ainda muitos outros problemas, como o desemprego em virtude da modernização que chegou ao campo e das desigualdades na distribuição das terras, da renda e do acesso aos créditos bancários, entre outros. Assim, o pequeno agricultor, dificilmente, tem acesso a esses créditos rurais e tampouco à modernização da sua propriedade, tornando mais difícil a sobrevivência no campo. Já o grande proprietário pode até não ter acesso ao crédito rural, mas possui maior infraestrutura, a qual facilita o seu trabalho.

Desse modo, observa-se a presença de grande disparidade social, que exclui grande parcela da população local do modo de produção altamente modernizado e qualificado. Também, a desigual distribuição de terras por vezes ocasiona o aumento da taxa de desemprego, sendo que essas pequenas propriedades apresentam baixo percentual de produção e utilizam apenas a mão de obra familiar na realização das atividades.

As condições econômicas da população local são desiguais, uma vez que as pequenas propriedades rurais não possuem potencialidade para produzir em grande escala. Já as médias propriedades da área apresentam maior e melhor infraestrutura para realizar suas atividades agrícolas e sua produção é ofertada em maior quantidade. No entanto, as dificuldades quanto ao melhor e ao adequado aproveitamento do solo da propriedade rural pelos agricultores relacionam-se igualmente ao baixo grau de escolaridade dos habitantes. Por isso, eles não absorvem e não entendem que algumas técnicas por eles utilizadas provocam danos ao meio ambiente, os quais implicam em problemas irreparáveis à saúde humana, ao bem-estar da sociedade e ao meio ambiente.

Quanto ao uso de técnicas de recuperação e de conservação do solo, a comunidade local, em sua grande maioria, tem desenvolvido o plantio direto,

ameniza dessa forma a erosão, contribuindo para a conservação do solo. Em relação às questões ambientais, um número significativo de propriedades faz o reflorestamento com eucalipto e demonstram ainda consciência em relação à preservação da mata ciliar às margens dos arroios.

Logo, a localidade de Linha Araçá apresenta inúmeras desigualdades como, por exemplo, a diferença social e econômica entre as famílias, bem como problemas oriundos da falta de informações da população local no que tange ao meio ambiente e às condições socioeconômicas, além da organização espacial. Esta apresentou inúmeras mudanças: abertura de estradas, construções de pontes, instalação de rede elétrica para levar luz aos moradores e ocorre com avanço, ainda que lento, a inserção da internet em algumas propriedades, etc.. No transcorrer da sua evolução, ela se organizou e continuamente está sendo transformada e reorganizada pela ação do homem, que age sobre o espaço, adaptando-o às suas necessidades.

Assim, inúmeros são os anseios e as preocupações da comunidade local. Contudo esses problemas e disparidades não ocorrem apenas nessa região, mas em todas as partes do mundo. Essas problemáticas relacionadas às questões ambientais e às desigualdades socioeconômicas, presentes na localidade em estudo, deverão ser analisadas profundamente pelos governos municipal e estadual para que, no futuro, possa ser reorganizado o espaço produtivo da área estudada, possibilitando a seus moradores maiores informações acerca de programas relacionados à agricultura familiar. Então, novas formas e técnicas de produção poderão ser introduzidas nas propriedades da área. Para que isso ocorra, há também a necessidade de maiores investimentos governamentais e consequentemente o auxílio de técnicos da área agrícola.

Dessa maneira, o trabalho contribuiu para a compreensão da organização dessa área, além de permitir conhecimento dos impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento da agricultura. Ainda permitiu reforçar alguns aspectos abordados na teoria. Por exemplo, a tecnificação da localidade, identificação da principal cultura desenvolvida nessa área, grau de escolaridade, assim como as técnicas utilizadas pelas famílias no desenvolvimento dessas atividades, entre outras, sendo elas mesmas constatadas na prática, com a pesquisa de campo.

A partir da pesquisa, foi possível conhecer a estrutura agrária da localidade, sugerir e apontar formas de realização, ou seja, de conservação e/ou de recuperação da fertilidade do solo para a população. O estudo também analisou a organização do espaço geográfico e a situação socioeconômica da população, contemplando, dessa maneira, a linha de pesquisa, “análise da organização do

espaço”, do Curso de Geografia do Centro Universitário Franciscano.

Pelo exposto temos um diagnóstico que poderá ser encaminhado aos órgãos competentes do município que, conseqüentemente, terá melhores condições de realizar projeto específico para amenizar os impactos provocados pelo desenvolvimento da atividade agrícola. Nesse sentido, o foco é a preservação do meio ambiente, bem como a melhoria de vida da população local e o desenvolvimento do município.

Portanto, este trabalho possibilitou conhecer as transformações que o desenvolvimento da atividade agrícola acarreta ao meio ambiente e pode contribuir para o desenvolvimento de trabalho de conscientização da população da localidade em estudo, para que sejam empregadas técnicas que amenizem o uso de agrotóxicos e de produtos químicos, valorizando o aproveitamento de técnicas alternativas de combate às pragas e doenças, assim como o uso de adubos orgânicos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jelcione, NEVARRO, Zander (Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998. p. 106-125.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FERREIRA, Ignez C. B. Inovações tecnológicas e novos espaços de produção. In: **Anais do X Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Teresópolis: URJ, 1990. p. 67-81.

GEORGE, Pierre. **Geografia rural**. 5. ed. São Paulo: Difel, 1980.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEPSCH, F. Figo. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço técnica e ação razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Medson Janer da (Org.). **Métodos e culturas alternativas na agricultura familiar**. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 97 - 109.

VALENTE, Valdemar. **A agricultura e a organização do espaço – O caso do Chapadão, no Município de Jaguari, RS, nos últimos 40 anos**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2001.

WERLANG, William. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.